

Hirschman em Pequim: o crescimento desequilibrado da China nos anos 1980 e 1990^a

Hirschman in Beijing: China's Unbalanced Growth in the 1980s and 1990s

Filipe Silveira Farhat^b 

Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Economia,
São Paulo (SP), Brasil

Resumo: O texto pretende fornecer uma visão panorâmica das principais transformações estruturais da economia chinesa entre 1978 e meados da década de 1990. A análise recai sobre a diretriz estratégica geral do Partido Comunista Chinês de modernização das forças produtivas, com especial ênfase no papel ocupado pelo planejamento do Estado no desenvolvimento industrial. Argumenta-se que, para as reformas desse período, a trajetória de desenvolvimento do país pode ser mais bem compreendida à luz das ideias de Hirschman em seu modelo de *crescimento desequilibrado*. O crescimento acelerado das províncias da região costeira, em especial no setor industrial, de maior dinamismo tecnológico, parece ter resultado de políticas deliberadas do Estado de escolha de regiões e setores estratégicos específicos para alavancar o desenvolvimento nacional.

Palavras-chave: China. Desenvolvimento. Hirschman.

Abstract: The text aims to provide a panoramic view of the main structural transformations of the Chinese economy between 1978 and the mid-1990s. The analysis focuses on the Chinese Communist Party's general strategic guideline of modernizing the productive forces, with special emphasis on the role played by State planning in industrial development. It is

Editor: Rafael Galvão de Almeida

^a Submissão: 28/11/2025 | Aprovação: 08/02/2026 | DOI: 10.29182/hehe.v29i1.1124

^b filipefarhat@gmail.com

O autor declara não haver conflito de interesse.



Esta publicação está licenciada sob os termos
de Creative Commons 4.0 Internacional

argued that, for the reforms of this period, the country's development trajectory can be better understood considering Hirschman's ideas of his unbalanced growth model. The accelerated growth of the provinces in the coastal region, especially in the industrial sector, with greater technological dynamism, appears to have resulted from deliberate State policies to choose specific strategic regions and sectors to leverage national development.

Keywords: China. Development. Hirschman.

JEL: F50. N45. O21.

Introdução

Em meados dos anos 1960, Mao Tsé-Tung iniciou uma campanha de radicalização da luta de classes e de aprofundamento da Revolução Chinesa, centrada na crítica da maneira como o passado histórico nacional estava sendo reconstruído em determinadas óperas e outras representações culturais que, de acordo com Mao, estavam desvinculadas de uma ideologia socialista. Esse processo, denominado Revolução Cultural, se autonomizou rapidamente, com movimentos estudantis jovens criando a organização dos Guardas Vermelhos, que visava difundir o pensamento maoísta, destruir velhos hábitos e pensamentos burgueses, e denunciar professores, governantes e outros grupos de indivíduos considerados contrarrevolucionários e reformistas. Em 1967, operários industriais de Xangai aderiram ao movimento, criando organizações políticas independentes inspiradas na Comuna de Paris. Estas foram, no entanto, rapidamente cooptadas e reestruturadas pelo Partido Comunista Chinês (PCCh) (Karl, 2020).

Durante os últimos anos da Revolução Cultural, especialmente em 1975-1976, o governo de Mao Tsé-Tung passou a enfrentar maior oposição tanto dentro do PCCh, em um processo liderado por Deng Xiaoping em aliança com o Primeiro-Ministro Zhou Enlai (antes do falecimento deste em janeiro de 1976), quanto de setores burocratas, intelectuais, frações da classe média, e parte da juventude estudantil enviada para trabalhos manuais no campo e em fábricas. Tais grupos estavam insatisfeitos com o caos social resultante da radicalização tomada pela Revolução Cultural, e criticavam medidas do governo maoísta que consideravam autoritárias. Após a morte de Mao, em 1976, o Partido passou a ser liderado brevemente por Hua Guofeng (sucessor de Mao na linha revolucionária do Partido), que consolidou seu poder em meados de 1977. Contudo, para angariar suporte, Hua teve de reabilitar a posição de Deng Xiaoping como segundo homem mais forte do PCCh, dados os movimentos populares em apoio a esse último (Karl, 2020; Sheng, 2012). Após assegurar sua posição como principal dirigente do Partido-Estado em 1978, Deng passou a liderar um processo de profundas transformações nas estruturas econômicas da China (Roberts, 1999).

A ênfase do trabalho político, a partir de então, se deslocou da *luta de classes* e das campanhas de mobilização popular, centrais para Mao especialmente no período da Revolução Cultural (1966-1976), para o desen-

volvimento de um sistema econômico moderno. No longo prazo, os objetivos estratégicos do governo passaram a se assentar nas quatro modernizações teorizadas, ainda no período maoísta, por Zhou Enlai e Deng Xiaoping: agricultura, indústria, ciência e tecnologia, e defesa nacional. Para esse processo de modernização das forças produtivas, foi estimulado o crescimento de diversos tipos de propriedade empresarial, e experiências locais bem-sucedidas foram sendo gradualmente expandidas em escala nacional. A administração dos grandes conglomerados estatais foi pouco a pouco deslocada para a gerência dessas companhias, e os governos de províncias também passaram a contar com maior autonomia em relação à cúpula do PCCh. Tais medidas visavam, em última instância, elevar a eficiência e a competitividade da economia chinesa, através da combinação de elementos de mercado com a manutenção do Estado como principal ator do processo de planejamento econômico (Chang, 1988).

Em uma conversa com Frank B. Gibney, vice-presidente do Comitê de Compilação da Encyclopedia Britannica, Inc. dos Estados Unidos, e Paul T. K. Lin, Diretor do Institute of East Asia da McGill University of Canada, Deng Xiaoping deixou evidente a centralidade do objetivo de modernização econômica, ao mesmo tempo em que criticou os desígnios políticos perseguidos durante a Revolução Cultural:

Of course, we do not want capitalism, but neither do we want to be poor under socialism. What we want is socialism in which the productive forces are developed and the country is prosperous and powerful. We believe that socialism is superior to capitalism. This superiority should be demonstrated in that socialism provides more favorable conditions for expanding the productive forces than capitalism does. This superiority should have become evident, but owing to our differing understanding of it, the development of the productive forces has been delayed, especially during the past ten-year period up to 1976. In the early 1960s, China was behind the developed countries, but the gap was not as wide as it is now... (Deng, 1979, p. 1).

Os anos 1980, ademais, foram marcados por uma forte ampliação dos intercâmbios comerciais, financeiros e culturais da China com o resto

do mundo. Em 1979, Deng se tornou o primeiro líder do PCCh a visitar os Estados Unidos, e estabeleceu relações econômicas e diplomáticas com o país. Tal aproximação, iniciada ainda no início da década de 1970 por Mao Tsé-Tung, ancorava-se em uma aliança estratégica decorrente da relação conflituosa que ambas as nações mantinham com a União Soviética. As transformações na inserção internacional da China nos anos 1980 se deram, especialmente, via atração de investimentos externos em Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) estabelecidas em cidades costeiras da região Leste. Os objetivos principais da abertura econômica eram promover exportações e absorver padrões tecnológicos e gerenciais advindos de empresas industriais de países desenvolvidos (Wright, 2020).

Tal processo foi acompanhado por uma gradual ampliação de empreendimentos de propriedade mista e privada nas áreas urbanas, que visava desenvolver as forças produtivas e elevar o padrão de vida nas cidades. Essas medidas decorriam da visão de Deng Xiaoping e de seus aliados políticos de que era necessário modificar o sistema de planificação da economia, para acelerar o crescimento e desenvolver padrões industriais modernos. Concomitantemente, o Partido passou a reestruturar o setor produtivo estatal, desfazendo-se de empresas ineficientes e concentrando sua atuação em setores estratégicos. Nos anos 1990, essas transformações (que seriam continuadas por Jiang Zemin, sucessor de Deng como principal liderança do Partido, após a morte deste em 1997) resultaram na emergência de uma nova classe capitalista e de uma classe média, com interesses próprios, muitas vezes em tensão com os objetivos do Partido-Estado (Fairbank; Goldman, 2006).

Em função desse contexto de profundas transformações, pretende-se apresentar neste artigo, de forma panorâmica, a evolução histórica das principais estruturas da economia chinesa a partir de 1979. A obra *The Strategy of Economic Development* (1958), de Albert Hirschman, será utilizada para auxiliar na compreensão do que se considera ter sido um modelo de *crescimento desequilibrado* da China nos anos 1980 e 1990. Busca-se discutir, à luz das contribuições desse autor, a diretriz estratégica geral do PCCh de modernização das forças produtivas nacionais focalizada nas províncias da região costeira, em detrimento do desenvolvimento do centro e do oeste do país.

Discursos de Deng Xiaoping, obtidos do *Marxists Internet Archive*¹, serão mobilizados como fonte primária que indica, de forma direta, os aspectos centrais do planejamento e os objetivos principais almejados pela liderança máxima do Partido Comunista Chinês no período em tela. Relatórios de seu sucessor, Jiang Zemin, serão utilizados com o mesmo intuito. Por fim, algumas resoluções e decretos emitidos pelos principais órgãos de Estado e pelo PCCh auxiliarão a compreender o contexto mais geral das transformações econômicas.

Dessa forma, poderá ser verificada a pertinência do referencial teórico empregado para a interpretação do referido processo de industrialização chinesa e das mudanças estruturais realizadas. Em conjunto com essas fontes, serão utilizados artigos e livros a respeito da economia da China nos anos 1980 e 1990, relacionados tanto às questões da distribuição geográfica e setorial dos investimentos empreendidos quanto aos traços gerais do desenvolvimento chinês nas referidas décadas.

1. O esquema analítico do crescimento desequilibrado de Albert Hirschman

A seminal obra *The Strategy of Economic Development* (Hirschman, 1958), de um dos autores pioneiros nos estudos sobre desenvolvimento econômico, traz diversas contribuições fundamentais à compreensão dos obstáculos e possibilidades inerentes às trajetórias de crescimento e industrialização de países subdesenvolvidos.

Sua ideia mais conhecida e difundida, possivelmente, é a crítica elaborada ao modelo de *crescimento equilibrado*, segundo o qual os países subdesenvolvidos precisariam de um conjunto simultâneo e abrangente de investimentos para superarem a condição de subdesenvolvimento. Entre outras questões, Hirschman aponta para a impossibilidade de tal estratégia ser implementada nesses países, em função da escassez de recursos como capital e profissionais com adequado nível de capacitações técnicas e gerenciais.

No artigo clássico de Rosenstein-Rodan (1943), ao qual o autor se contrapõe, é de partida assumida a impossibilidade de os países do Leste

¹ Disponível em: <<https://www.marxists.org/reference/archive/deng-xiaoping/index.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2026.

e Sudeste Europeu mobilizarem recursos suficientes para um adequado desenvolvimento de suas estruturas industriais. Assim, sugeriu-se a formação de um *truste* compreendendo diversos setores da economia, com 50% de participação dos investimentos das potências capitalistas ocidentais. Representantes dessas nações desenvolvidas, ademais, passariam a compor o conselho diretor desse empreendimento, junto com membros dos países subdesenvolvidos em tela. Percebe-se, nessa construção, a ausência de um projeto nacional soberano de desenvolvimento, bem como a superestimação da capacidade de antecipar as complementariedades entre diferentes indústrias. Tais fragilidades são exploradas por Hirschman em *The Strategy of Economic Development*.

Ademais, segundo este, a concepção de *crescimento equilibrado* penaria por transmitir a impressão de que deveria ocorrer a criação de uma base econômica a partir do nada, em vez de focalizar nos desafios de *transformação* de estruturas produtivas existentes. O ceticismo de Hirschman em relação a soluções abrangentes e genéricas foi derivado das conclusões da missão do Banco Mundial da qual fez parte na Colômbia, que ressaltavam o mútuo reforço dos problemas sociais, econômicos e políticos nesse país. A maior parte dos analistas dessa missão, dos quais o autor dissentia, sugeriam que tais problemas só poderiam ser resolvidos em conjunto (Adelman *et al.*, 2015).

No referido relatório, liderado por Lauchlin Currie (1950), investimentos planejados em siderurgia, extração e refino de petróleo, e eletricidade, são tomados como *requisito necessário* à continuidade da expansão da atividade manufatureira colombiana. Esse raciocínio derivava da lógica do *big push*, teorizado inicialmente por Rosenstein-Rodan (1943). Hirschman (1958), ao contrário, enxergaria nesses gargalos setoriais a possibilidade de mobilização de soluções inovadoras e eficientes, de forma que seriam destravadas potencialidades decorrentes da inventividade de diferentes atores sociais, possivelmente não antecipadas pelo plano.

Em função desses contrastes, o autor passou a desenvolver um esquema analítico do *crescimento desequilibrado*, em que defendeu a escolha de investimentos específicos em setores dinâmicos capazes de *alavancar* o desenvolvimento nacional como um todo, através de uma série de *encadeamentos* gerados por *pressões* advindas de desequilíbrios induzidos no sistema produtivo. Dado o funcionamento desses mecanismos, Hirschman

argumentou que o crescimento *desequilibrado* seria inclusive desejável, pelo estímulo às transformações estruturais proporcionado por tais pressões.

Notam-se, dessa forma, diferenças também em relação ao arcabouço estabelecido por Lewis (1954). Enquanto este autor destacava aspectos *quantitativos* da acumulação de capital em países com excedente de mão de obra, bem como caracterizava-se por certa rigidez ao tratar da oposição entre os setores de subsistência e os setores “capitalistas”, a ênfase de Hirschman recaía no *aprendizado institucional* resultante do *processo dinâmico* (não linear) e sequencial do desenvolvimento econômico.

O autor defendeu que, em economias subdesenvolvidas, seria crucial a intervenção ativa do Estado escolhendo setores estratégicos para alocar os escassos recursos disponíveis e acelerar o processo de crescimento da indústria, de maneira que pudessem ser exercidas *pressões e desequilíbrios* que engendrassem a expansão de outros setores:

In general, development policy must concern itself with the judicious setting up of the kind of sequences and repercussions so well described by Scitovsky, rather than with any attempt to suppress them. In other words, our aim must be to *keep alive* rather than to eliminate the disequilibria of which profits and losses are symptoms in a competitive economy. If the economy is to be kept moving ahead, the task of development policy is to maintain tensions, disproportions, and disequilibria. That nightmare of equilibrium economics, the endlessly spinning cobweb, is the *kind* of mechanism we must assiduously look for as an invaluable help in the development process (Hirschman, 1958, p. 66).

No texto mencionado por Hirschman, são exploradas distinções entre o tratamento das *externalidades* na “economia do equilíbrio” e nas “teorias de industrialização dos países subdesenvolvidos”. Scitovsky (1954) buscou encontrar uma posição conciliadora, estabelecendo, como condição para a pertinência das análises de equilíbrio geral e parcial sobre os benefícios sociais dos investimentos, a existência de coordenação entre diferentes indústrias e empreendimentos². Isso possibilitaria, segundo este,

² Em acordo, portanto, com o argumento desenvolvido por Rosenstein-Rodan (1943).

a *internalização*, pelos mecanismos de mercado, dos efeitos gerados pela expansão de certas atividades em setores complementares. Hirschman, por sua vez, adotou posição distinta, ao rejeitar a concepção teórica da “economia do equilíbrio” e estabelecer novo arcabouço conceitual.

O esquema analítico de Hirschman destaca, ainda, a superioridade da *indústria* sobre os demais setores em termos de encadeamentos produtivos. Aponta, também, para a possibilidade de *vazamentos* em enclaves de importação, derivados do elevado volume de matérias-primas e produtos intermediários obtidos do exterior. O autor ressalta, contudo, que este pode ser o único caminho viável de industrialização de países subdesenvolvidos em um primeiro momento. A experiência de desenvolvimento industrial na região costeira da China, tanto em sua parte exitosa quanto na falta de mais encadeamentos com outras regiões em função da elevada proporção de matérias-primas e bens intermediários importados, parece, assim, poder ser mais bem compreendida à luz do pensamento de Hirschman.

Haveria ainda, em sua visão, um papel crucial das exportações no processo de desenvolvimento econômico:

Economic policy of underdeveloped countries often treats exports like a stepchild, either because foreign interests are involved in the production of export commodities under “enclave” conditions or for revenue reasons. If it is grudgingly recognized that exports are essential for the financing of imports, then reference is usually made to the imports of raw materials, machinery, and equipment needed to support productive activities and investments that are already under way. The importance of imports in creating and mapping demands and in paving the way for the next development move is usually disregarded and thus leads to an underestimate of the crucial contribution of exports. In other words, there is no real alternative between export promotion and import substitution. The former may often be the only practical way of achieving the latter (Hirschman, 1958, p. 124).

Dadas as aceleradas transformações da estrutura industrial chinesa nas últimas décadas e a rápida e sustentável trajetória de crescimento eco-

nômico do país, nas próximas seções busca-se a apropriação de alguns elementos do esquema analítico desenvolvido por Hirschman para auxiliar o exame dessa experiência em seu período inicial de reformas, nos anos 1980 e 1990. Especialmente a partir de 1979, passa a tomar corpo na China uma estratégia de modernização da estrutura produtiva baseada na escolha de regiões geográficas e de ramos industriais dinâmicos, selecionados para a concentração de investimentos por empresas estatais e estimulados pelo gerenciamento adequado de variáveis macroeconômicas-chave pelo Estado chinês.

Cabe notar, ainda, que o planejamento e a coordenação detalhada dos investimentos são elementos fundamentais tanto do pensamento de Hirschman quanto da economia chinesa desde 1949, orientada por um Estado ativamente envolvido no processo de modernização em curso. De acordo com o autor:

The contemporary fashion of drawing up comprehensive development plans or programs is often quite unhelpful. For the very comprehensiveness of these plans can drown out the sense of direction so important for purposeful policymaking. A plan can be most useful if, through its elaboration, a government works out a strategy for development. While the choice of priority areas must of course proceed from an examination of the economy as a whole, it may be best, once the choice is made, to concentrate on detailed concrete programs for these areas, as in the first Monnet Plan for France's postwar reconstruction. The attempt at comprehensive programming usually exacts a high price in terms of articulateness and persuasiveness, qualities that are essential for the plan's ability to come to grips with reality (Hirschman, 1958, p. 205).

Não se trata, no entanto, de buscar uma identificação de Hirschman com o campo dos *desenvolvimentistas*. Conforme se depreende do trecho supracitado, o foco do autor estava em projetos *específicos* de desenvolvimento (em oposição aos planos globalizantes e compreensivos), capazes de gerar efeitos de encadeamentos em outras atividades. Apesar da ampla utilização, na China, de Planos Quinquenais e outros instrumentos de coordenação abrangentes, a discussão deste artigo recai sobre medidas e decisões vol-

tadas ao estímulo de setores e regiões estrategicamente selecionados. Ademais, o movimento geral de transformação das estruturas de planejamento a partir dos anos 1980, ao flexibilizar as metas perseguidas, permitir maior experimentação local e descentralizar decisões de implementação das políticas definidas pelo PCCh, potencializou o funcionamento, no sistema socioeconômico chinês, dos mecanismos analisados por Hirschman.

Ressalta-se, por último, a ideia de que o funcionamento livre do mercado gera má alocação de recursos, ao não incorporar fatores como retornos econômicos não imediatos, diferenças entre custos privados e sociais, e discrepâncias sistêmicas em economias subdesenvolvidas. O advento do chamado *socialismo de mercado* pelo PCCh parece ser uma tentativa de transformar e atualizar o sistema de planejamento e ao mesmo tempo impedir alguns dos desajustes que acabaram por ser verificados em economias que realizaram uma transição mais abrupta e total do socialismo para o *laissez-faire*.

2. A diretriz estratégica geral: modernização das forças produtivas

Em decorrência da Revolução que inaugurou a República Popular da China (RPC) e da hegemonia do poder político obtida pelo Partido Comunista Chinês em 1949, o Estado passou a controlar virtualmente todo o sistema produtivo, comercial e financeiro do país nos anos em que o governo foi liderado por Mao Tsé-Tung. Após sua morte, em 1976, começou a tomar corpo no PCCh certo consenso sobre a necessidade da realização de reformas modernizantes no sistema econômico. Havia, no entanto, diferenças significativas em relação à forma e à intensidade pretendidas das mudanças, especialmente no que se refere ao sistema de preços. Uma ala de intelectuais e burocratas defendia uma *reforma de pacote* liberalizante, semelhante à realizada por vários países do Leste Europeu, enquanto outra ala defendia o crescimento do mercado a partir das margens, com o Estado continuando a determinar a alocação e os preços de insumos essenciais (matérias-primas e energia) e de bens de consumo básicos, como alguns alimentos e vestuário. Ao longo dos anos 1980, apesar do acirramento dessas disputas e de períodos de variação no

balanço de poder entre as alternativas, a segunda abordagem acabou, de modo geral, prevalecendo (Weber, 2023).

Para a realização desse objetivo de mercantilização sem abandono do planejamento, foi utilizada uma estratégia combinando reformas da estrutura de preços, do padrão de investimentos domésticos em ativos fixos, e do financiamento dos investimentos local e centralmente administrados. Além disso, foi realizada uma inserção controlada no processo, mundialmente em curso, de internacionalização das cadeias produtivas e de liberalização dos fluxos de comércio. A organização dos setores produtivos foi reestruturada, tanto no campo quanto nas cidades. Essas reformas impactaram com mais intensidade, de início, o setor agrícola. Em um encontro com uma delegação japonesa na segunda sessão do Council of Sino-Japanese Non-Governmental Persons, Deng explicitou o motivo, relacionado à estabilidade social:

Proceeding from the realities in China, we must first of all solve the problem of the countryside. Eighty per cent of the population lives in rural areas, and China's stability depends on the stability of those areas. No matter how successful our work is in the cities, it won't mean much without a stable base in the countryside. We therefore began by invigorating the economy and adopting an open policy there, so as to bring the initiative of 80 per cent of the population into full play. We adopted this policy at the end of 1978, and after a few years it has produced the desired results. Now the recent Second Session of the Sixth National People's Congress has decided to shift the focus of reform from the countryside to the cities. The urban reform will include not only industry and commerce but science and technology, education and all other fields of endeavor as well. In short, we shall continue the reform at home and open still wider to the outside world (Deng, 1984, p. 3).

O governo de Deng Xiaoping implementou, gradualmente, uma série de reformas de mercado a partir do fim de 1978 que parecem ter representado uma escolha por uma trajetória de desenvolvimento semelhante ao esquematizado na abordagem do *crescimento desequilibrado* de

Hirschman. Nesse processo, a ênfase recaiu na modernização industrial, especialmente das forças produtivas previamente estabelecidas nas províncias da região costeira, por serem mais avançadas tecnologicamente. Nessa região, a atração de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) e a promoção de exportações, em Zonas Econômicas Especiais e cidades com políticas de abertura e integração ao resto do mundo, tornaram-se importantes instrumentos capazes de alavancar a produtividade das empresas estatais em particular, e do conjunto da indústria em geral. O Estado optou, portanto, por estabelecer medidas que resultaram na canalização dos investimentos estrangeiros para as áreas costeiras, utilizando-se, para tanto, de mecanismos como a concessão de condições vantajosas para importação e exportação, o financiamento público com juros abaixo da taxa de mercado e longos períodos de amortização, e a descentralização administrativa das decisões de investimentos (Fan, 1997).

Monteiro Neto (2005), por exemplo, apontou que as diretrizes de planejamento registradas no Sexto Plano Quinquenal (1981-1985) e no Sétimo Plano Quinquenal (1986-1990) da China indicaram uma estratégia de divisão regional do país em três cinturões com diferentes funções para a economia nacional. Na região costeira, seriam estimulados a indústria e o comércio, especialmente em empreendimentos voltados para o comércio internacional. Na região central, seria estimulado o desenvolvimento da agricultura e da produção de energia. Por fim, a ênfase no desenvolvimento da região Oeste recairia sobre as atividades de pecuária e extração de recursos naturais. Desta feita, nota-se uma deliberada concentração *planejada* das atividades com maior dinamismo tecnológico no cinturão litorâneo, em detrimento das demais regiões.

A enorme expansão da atividade manufatureira chinesa, nesse período, pressionou fortemente a demanda energética nacional. Dado que se tratava de uma economia amplamente apoiada no consumo de carvão, as transformações engendradas na estrutura produtiva industrial, concentradas no Leste, ocasionaram encadeamentos para trás (*backward linkages*), estimulando o setor da mineração. Duas províncias do Oeste (Shaanxi e Mongólia Interior³) e uma do Centro (Shanxi), por concentrarem as maiores reservas do insumo, recebiam investimentos de grandes empresas

³ Trata-se, na verdade, de uma região autônoma. Para fins estritos de análise econômica, pode ser equiparada às províncias.

estatais em mineração de grande escala. Concomitantemente, expandiu-se a produção em pequena escala (menos produtiva) por todo o território chinês, através tanto de investimentos de *Township and Village Enterprises* (TVEs) quanto de empreendimentos individuais (Naughton, 2007).

Especificamente em relação à Shanxi, nota-se que sua importância estratégica para a modernização industrial da China, decorrente da enorme parcela das reservas nacionais de carvão localizadas na província (cerca de 30%), foi reconhecida pelo estabelecimento do Escritório da Base Energética de Shanxi do Conselho de Estado em 1982. No Sétimo Plano Quinquenal (1986-1990), o governo central designou a província como principal fornecedora de energia e matérias-primas para a indústria da região costeira. Na década em análise, os *desequilíbrios* provocados pelo crescimento da extração do carvão estimularam encadeamentos em setores complementares da indústria pesada. As usinas termelétricas, movidas pelo insumo, aumentaram a geração de energia em 83% entre 1980 e 1986. O produto da indústria de equipamentos de mineração cresceu 83% em 1985 e 21% em 1986. A produção de transformadores elétricos, por sua vez, elevou-se 31% e 13% nos respectivos anos. Os investimentos nesses setores foram majoritariamente realizados por *State-Owned Enterprises* (SOEs), com financiamento direto do orçamento central ou com crédito fornecido por instituições financeiras estatais sob condições favoráveis (Goodman, 1989).

O acelerado crescimento observado na década de 1980, período de vigência dos processos descritos nos parágrafos anteriores, impunha a necessidade de um elevado volume de divisas para fazer frente aos objetivos de modernização industrial e para cumprir com os pagamentos do serviço da dívida externa⁴. Assim, em 1988, Zhao Ziyang, um dos principais aliados de Deng Xiaoping no processo de reformas econômicas, expandiu a estratégia de desenvolvimento das ZEEs e de cidades abertas ao exterior para todo o Leste. Como resultado, aprofundou-se a interde-

⁴ No período entre 1985 e 2000, o Japão era o principal credor externo da China (US\$ 2.404,81 milhões em 1996), com o Banco Mundial em segundo (US\$ 1.880 milhões em 1996) e os Estados Unidos em terceiro lugar (US\$ 1.160,53 em 1996). Lin (2003), no entanto, argumentou que a razão entre a dívida externa chinesa e o tamanho da economia do país era baixa para os padrões internacionais, e que quase toda a dívida era pública e de longo prazo. Ademais, por todos os indicadores de risco usuais, a China se encontrava mais bem situada em relação à sua dívida externa em comparação com a média dos países não desenvolvidos.

pendência dessa região com os mercados externos, enquanto as demais regiões seguiram primordialmente integradas aos mercados domésticos (Yang, 1991).

O objetivo central dessa estratégia de desenvolvimento era aumentar os fluxos de entrada de IED e absorver tecnologia de empresas multinacionais. Assim, esperava-se que a China pudesse continuar a transformação de sua economia nacional, até se tornar autônoma e modernizada. Politicamente, essas reformas resultaram em atritos tanto com líderes de províncias do interior, que demandavam medidas voltadas a reduzir as diferenças regionais de renda e balancear geograficamente o processo de crescimento, quanto com instituições do Estado (como o Ministério da Cultura) preocupadas com os danos à ideologia socialista resultantes da aproximação comercial e financeira com o Ocidente (Tzeng, 1991).

Nesse sentido, é importante ressaltar a capacidade demonstrada por Deng Xiaoping de mobilizar o legado do caos social engendrado pela Revolução Cultural (1966-1976) para defender as diretrizes de *reforma e abertura*, que estabeleceu a partir de sua ascensão ao poder. A memória do acirramento do conflito de classes durante o período maoísta foi invocada frequentemente⁵ pelo líder de Estado, com o objetivo de neutralizar as críticas à aproximação ideológica com o Ocidente:

To expand the productive forces, we must carry out reform and open to the outside world; there is no other way. We cannot continue to keep our doors closed as we did for more than twenty years. It is unanimously agreed that we should pursue the policies of reform and opening up, and this unanimity is attributable to the ten-year disaster – the “cultural revolution” – the lessons of which are unforgettable. Of course, different opinions arise in the process of reform; but the differences are not over whether we should carry it out but over how far it should go, how it should be conducted and how we should go about opening to the outside. This is only natural, and there is nothing strange about it (Deng, 1988, p. 1).

⁵ Para além desse trecho do discurso de Deng citado em seguida, poderiam ser escolhidos diversos outros com conteúdo bastante similar.

Cabe notar que as mudanças implementadas, no que se refere à reproximação do país com o resto do mundo, deram-se, em um primeiro movimento, pela associação às redes de negócios estabelecidas com investidores chineses residentes em regiões do entorno da China continental. De acordo com Arrighi (2008, p. 357), “a RPC, no governo de Deng, buscou a ajuda dos chineses no exterior para abrir a China ao comércio e ao investimento internacionais e tentar recuperar Hong Kong, Macau e, finalmente, Taiwan, de acordo com o modelo ‘Uma nação, dois sistemas’”.

Ao longo dos anos 1980, a presença de empresas multinacionais na economia chinesa tomou proporção considerável. Contudo, o processo ocorreu de maneira controlada, com o Estado subordinando os investimentos estrangeiros aos objetivos de desenvolvimento econômico nacional, especialmente àqueles vinculados à modernização das forças produtivas. Além disso, subsídios governamentais aos investidores estrangeiros foram ofertados em troca de difusão tecnológica para as empresas domésticas associadas aos projetos de investimento (inicialmente, todo IED esteve vinculado às empresas domésticas, sob a forma de *joint ventures*), de maneira a possibilitar um avanço na competitividade da indústria nacional (De Paula; Jabbour, 2016).

Essa assimilação de tecnologia estrangeira através de cópia e adaptação, na China, não é vista de maneira negativa e é condizente com sua tradição cultural. Ao contrário da filosofia ocidental, o pensamento chinês enfatiza o contínuo *processo* de transformação das coisas, rejeitando as concepções de *essência* imutável e *originalidade* (Han, 2023; Jullien, 2017). Nas palavras do filósofo sul-coreano Byung-Chul Han:

Os chineses possuem dois conceitos distintos para cópia. *Fangzhipin* (仿制品) são reproduções em que a diferença com relação ao original é óbvia. São pequenos modelos ou cópias que se pode adquirir, por exemplo, na loja do museu. O segundo conceito para cópia é *fuzhipin* (复制品). Aqui, trata-se de uma reprodução exata que, para os chineses, é equivalente ao original. Não há, nesse caso, qualquer conotação negativa. A divergência com relação ao sentido do conceito de cópia tem frequentemente conduzido a mal-entendidos e controvérsias entre a China e os museus ocidentais. Quando lhes são encomendadas obras,

os chineses frequentemente enviam cópias em vez de originais, firmemente convencidos de que elas não são essencialmente diferentes dos originais. A recusa que então surge por parte dos museus ocidentais é tida pelos chineses como uma ofensa (Han, 2023, p. 70).

Ainda sobre o movimento de *reprodução transformadora* de tecnologias e produtos já existentes (na esteira da atração de IED), cabe dizer que ele resultou em enorme liberação das energias criativas e em impulso ao desenvolvimento econômico, compreendendo os mais diversos setores de atividade, incluindo até mesmo o entretenimento:

Se um romance se torna muito bem-sucedido, então prontamente surgem *fakes*. Nem sempre são imitações inferiores que simulam uma proximidade inexistente com o original. Além da óbvia utilização ilícita de um nome, há também *fakes* que transformam o original, inserindo-o em um novo contexto ou dando-lhe uma reviravolta surpreendente. Sua criatividade está baseada na transformação e variação ativas. Até mesmo o sucesso de Harry Potter colocou essa dinâmica em movimento. Existem hoje numerosas falsificações de Harry Potter que continuam o original de modo transformador. *Harry Potter e a boneca de porcelana*, por exemplo, empreende uma sinização da história. Junto com seus amigos chineses Long Long e Xing Xing, Harry Potter derrota seu adversário oriental Yandomort, o homólogo chinês de Voldemort, na montanha sagrada de Monte Tai. Harry Potter fala chinês fluentemente, mas tem dificuldade para comer com hashi etc. (Han, 2023, p. 90).

A expansão da indústria chinesa tecnologicamente mais avançada, localizada no Leste, suscitou o aumento da produção de matérias-primas industriais fornecidas pelo Centro (e, em menor medida, pelo Oeste), o que fez com que a estratégia de *crescimento desequilibrado* proporcionasse *encadeamentos* produtivos e uma nova dinâmica de interação regional. Contudo, enquanto os governos das regiões mais desenvolvidas buscavam garantir para seus territórios o fornecimento contínuo e barato de matérias-primas e recursos naturais capazes de suprir a demanda de suas in-

dústrias, os governos das províncias menos desenvolvidas barganhavam por maiores investimentos produtivos em suas localidades, o que gerou forte disputa pela alocação do orçamento do Estado. Intelectuais chineses críticos do modelo de *crescimento desequilibrado* argumentaram que a expansão privilegiada do Leste, do Sul e do Sudeste foi promovida sem que o Partido conseguisse integrar com sucesso essas regiões com as províncias mais atrasadas, de modo que não teriam sido aproveitados todos os potenciais encadeamentos produtivos (Fan, 1997).

No texto supracitado, Fan (1997) sintetiza as principais discussões de autores chineses a respeito da estratégia de desenvolvimento que seria mais pertinente às características da economia do país. De um lado, estavam defensores do modelo de crescimento desequilibrado, e de outro, estavam defensores do modelo de crescimento equilibrado, sendo estes críticos das crescentes disparidades econômicas inter-regionais.

É preciso mencionar, no entanto, que tais desigualdades não parecem ter sido uma preocupação central de Hirschman. As críticas do movimento de concentração espacial, por analistas chineses, guarda maior correlação com conceitos trabalhados por Gunnar Myrdal (1957). As ideias elaboradas por esse autor foram, também, de considerável importância nas discussões sobre a estratégia implementada na China no período dos anos 1980 e 1990. Para ele, prevaleceria uma *causação circular cumulativa* nas transformações socioeconômicas, de modo que impulsos (positivos ou negativos) seriam, em geral, retroalimentados. Assim, uma preocupação da parcela crítica dos intelectuais chineses poderia estar relacionada à possibilidade de os *Efeitos de Refluxo* do Leste superarem seus *Efeitos de Propagação*. Dito de outro modo, a concentração industrial nessa região poderia atrair migrantes⁶, capital e empresas de outras regiões; o crescimento da demanda por matérias-primas, energia, alimentos e peças e equipamentos fornecidos pelo Centro e pelo Oeste seria visto como uma força de menor potencial.

Em meados dos anos 1990, o Estado chinês aprofundou o processo, iniciado na década anterior, de privatização das empresas menos eficientes entre as estatais. Tal medida visava dar maior competitividade ao setor,

⁶ Fatores elencados por Myrdal. Atente-se, contudo, para a importância na China do sistema do *hukou* (registro de residência), que operava como um contrapeso significativo aos movimentos migratórios.

que passou a se concentrar na produção em ramos considerados estratégicos. Uma série de fusões e aquisições entre as grandes empresas estatais centralmente controladas, que constituem o núcleo dinâmico da economia chinesa, foi realizada com o intuito de dar a elas capacidade de competição global. Assim, adquiriram, atendendo o mercado doméstico, escala de produção e capacitações tecnológicas e gerenciais que possibilitaram sua internacionalização. A expansão mundial desses conglomerados se intensificou a partir de 2001, ano da entrada da China na Organização Mundial de Comércio (OMC) (Paulino; Mocelin, 2020).

No entanto, esse processo de consolidação do setor estatal – em face do ambiente de competição acirrada com as TVEs, empresas transnacionais e setor privado doméstico, que se expandiram enormemente em resultado das reformas do sistema econômico – não ocorreu sem custos sociais e percalços. De acordo com Naughton (2021, p. 41), “During a drastic and painful period from about 1996 to 2002, the state enterprise work force shrank by more than 40 percent, and the majority of smaller industrial SOEs went out of business”.

No Décimo Plano Quinquenal de Desenvolvimento (2001-2005), emergiu a estratégia *Going Global*, que visava acelerar o processo de internacionalização das companhias nacionais. Essa política tinha como foco a expansão das empresas domésticas mais competitivas, com o objetivo de elevar a exportação de produtos e serviços chineses. O Ministério de Comércio Exterior (MOFCOM, na sigla em inglês) estabeleceu subsídios fiscais às firmas que desejavam internacionalizar suas operações, e os IED da China para o resto do mundo cresceram consideravelmente na década de 2000. Tratou-se de uma nova etapa de expansão das grandes companhias chinesas (em sua maior parte, estatais), que passaram a diversificar os tipos de investimentos realizados no exterior. Licenciamento de tecnologias, fusões e aquisições, investimentos em *joint-ventures*, investimentos *greenfield* e expansão de capitais de risco ganharam peso no processo de projeção internacional dos investimentos diretos chineses no exterior (Kotz; Ouriques, 2021).

Destaca-se, mais uma vez, o papel do Estado como coordenador dos investimentos e indutor do processo de desenvolvimento econômico da China, agindo tanto através de políticas de gerenciamento macroeconômico favoráveis à elevação dos investimentos – como controle cambial,

financiamento dos investimentos públicos e privados pelo sistema financeiro estatal (Novais; Moreira Lima, 2023), regulação dos juros e políticas de estímulo para setores industriais estratégicos – quanto pela atuação direta das empresas estatais, proporcionando *encadeamentos produtivos* aproveitados pelo setor privado. Cabe ainda mencionar que, apesar dos pontos de contato entre o esquema analítico de Hirschman e a estratégia perseguida pela China no período em tela, o autor não concedeu nenhum papel importante às empresas estatais (SOEs), nem era adepto de planos globalizantes de desenvolvimento. Para o autor, apenas programas concretos detalhados seriam capazes de alavancar outros setores, em face das pressões e dos desequilíbrios engendrados no sistema produtivo.

A criação da State-owned Assets Supervision and Administration Commission of the State Council (SASAC) em 2003, instituição do Estado chinês que surgiu com o objetivo de coordenar os investimentos das empresas produtivas e *holdings* estatais forjadas ao longo do processo de reestruturação do setor industrial, significou mais um passo importante no aperfeiçoamento organizacional desses conglomerados e resultou em um nível mais elevado de eficácia dos instrumentos de planejamento econômico. O gerenciamento das empresas estatais centralmente controladas foi transferido para um único órgão (a sede central da SASAC, respondendo diretamente ao Conselho de Estado). Antes disso, diversos ministérios e entidades estatais supervisionavam simultaneamente tais empresas, a depender do ramo de operação de cada companhia (Jabbour; Gabriele, 2021).

Como pode ser depreendido do decreto do Conselho de Estado com as regulamentações fundantes das atribuições da SASAC, esse órgão passou a ser o responsável direto pelo gerenciamento e pela valorização dos ativos sob propriedade estatal. Assim, foi aprofundada a separação entre as funções de provisão de bem-estar e políticas públicas pelo governo, de um lado, e a gestão profissional e coordenação estratégica de investimentos pela SASAC, com vistas a obter retorno econômico para o Estado (entre outras atribuições), de outro. Destacam-se como obrigações principais da SASAC, de acordo com o artigo 14 do referido decreto:

- (1) promote the reasonable flow and optimized allocation of State-owned assets, and propel the adjustment of the layout and structure of the State economy;

- (2) maintain and improve the controlling power and competitive power of the State economy in areas which have a vital bearing on the lifeline of the national economy and State security, and improve the overall quality of the State economy;
- (3) explore effective systems and ways for the management of State-owned assets of enterprises, enhance the work of supervision and management of State-owned assets of enterprises, promote the preservation of and increase in the value of State-owned assets of enterprises, and prevent the loss of State-owned assets of enterprises;
- (4) guide and promote the establishment of modern enterprise system in State-owned enterprises and State-owned holding enterprises, improve corporate governance, and advance the modernization of management;
- (5) respect and safeguard the operational autonomy of State-owned enterprises and State-owned holding enterprises, safeguard the legitimate rights and interests of enterprises according to law, impel enterprises to operate and manage according to law, and strengthen their competitive power;
- (6) offer guidance and coordination to State-owned enterprises and State-owned holding enterprises in overcoming difficulties and solving problems in the process of their reform and development (State Council of the People's Republic of China, 2003).

No nível hierárquico mais alto, a agência da SASAC diretamente subordinada ao Conselho de Estado do PCCh estimulou a concentração de empresas estatais em conglomerados ainda maiores, dando continuidade ao processo de reestruturação vigente desde os anos 1990 (Leutert, 2016).

A formação e o crescimento desses conglomerados em ramos estratégicos escolhidos pelo Estado, intensivos em capital e conhecimento, refletiram a busca pelo PCCh de maximizar os *encadeamentos produtivos* da economia, alavancando o desenvolvimento econômico nacional a partir da escolha de setores prioritários a serem impulsionados. Logo, nota-se, mais uma vez, o papel do Estado como planejador de investimentos e indutor do processo de transformação da estrutura produtiva.

Deve-se considerar, no entanto, que Hirschman formulou seu arcabouço do *crescimento desequilibrado* em um contexto em que buscava investigar experiências de capitalismo subdesenvolvido. Dessa forma, as economias externas geradas por investimentos “autônomos” ou iniciais, ao serem apropriadas em setores complementares (em sentido amplo), constituiriam o principal motor do desenvolvimento para o autor. A política econômica, desta feita, teria o papel de despertar e fomentar desequilíbrios que resultariam em sequências de *investimentos induzidos*. Caberia, portanto, ao setor privado e às forças de mercado o aproveitamento lucrativo dessas oportunidades. Apesar de mencionar brevemente (em nota de rodapé) os encadeamentos industriais decorrentes do planejamento centralizado na economia russa (Hirschman, 1958, p. 64), o caso soviético não é analisado de maneira mais detalhada.

Assim, o funcionamento do mecanismo aludido no esquema de Hirschman (1958) no sistema socioeconômico chinês, no qual o Partido-Estado detém ampla autonomia na decisão dos investimentos mais importantes e no enquadramento das possibilidades de transformações da estrutura produtiva, parece indicar a pertinência do raciocínio do autor para além das situações que originalmente antecipou. A potencialidade dos *desequilíbrios* em acelerar o processo de desenvolvimento da China, ademais, deve ter sido tanto maior quanto mais o sistema de planificação se reformulava nos anos 1980 e 1990. Ao se distanciar do modelo socialista tradicional (mais rígido na alocação de recursos), passando a combinar um núcleo duro de setores estratégicos com a liberalização das decisões de investimentos complementares, o PCCh foi capaz de mobilizar a dinâmica da concorrência e dos mercados em favor de seus objetivos.

Desse modo, tanto o capital multinacional quanto as empresas privadas domésticas se expandiram sob forte regulamentação. A decisão do governo central em impulsionar esses setores, em grande parte, deveu-se ao objetivo de elevar a competitividade internacional da economia chinesa. Foi possível, com isso, beneficiar-se dos impulsos derivados das *pressões* e dos *gargalos* decorrentes do *crescimento desequilibrado*, mas sob coordenação e direcionamento desse movimento de transformação estrutural pelas lideranças do PCCh. A escolha deliberada, pelo Estado, das regiões costeiras como espaço privilegiado de acumulação seguiu a mesma diretriz geral de modernização. Tal decisão foi motivada pelas condições mais

favoráveis à expansão dos investimentos nessas localidades (Padilha; Lima, 2007).

3. Planejamento e desenvolvimento industrial

Em conjunto com as reformas mais gerais do arcabouço institucional e a modificação das regulamentações econômicas empreendidas a partir de 1979, o Estado chinês aprofundou também a utilização de políticas específicas visando estimular a modernização tecnológica industrial. Além das já mencionadas medidas voltadas para a maior atração de IED (que passou a constituir importante fonte de obtenção de divisas a partir dos anos 1990) associado às empresas nacionais, foram implantadas políticas para ramos estratégicos selecionados. Por exemplo, as alíquotas de importação de bens intermediários para as empresas do setor de informática foram zeradas, de modo a permitir o desenvolvimento e alavancar a sofisticação tecnológica do setor (Jaguaribe, 2011).

A aplicação de patentes estrangeiras da China progrediu consideravelmente nos anos 1990, e o desenvolvimento nacional de inovações teve crescimento extraordinário. Destaca-se a importância da criação de centros universitários de excelência, vindos na esteira das reformas no sistema educacional implementadas nos anos 1980. Concomitantemente, foram criados laboratórios de alta tecnologia, centros de pesquisa de engenharia e tecnologia, e instituições estatais responsáveis por desenvolver novos produtos e materiais. Além disso, ampliou-se a prestação de consultorias técnicas pelo Estado, impulsionando melhorias nas capacitações empresariais. Como consequência dessas medidas, as taxas de crescimento dos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) foram aceleradas, o que representou uma importante contribuição à modernização das forças produtivas nacionais (Gabriele, 2002; Jaguaribe, 2011).

Ressalta-se que, em conjunto com a reestruturação mais geral do sistema socioeconômico e com a emergência do *socialismo de mercado*, a organização dos institutos responsáveis pelo desenvolvimento e pela absorção de inovações também foi modificada. Enquanto na era Mao os centros de P&D eram fortemente controlados pelo Partido e cumpriam diretrizes e tarefas específicas de acordo com metas rigorosamente planejadas, a partir dos anos 1980 e 1990 ocorreu certa flexibilização e mercantilização

da ciência e tecnologia geradas nessas instituições. Ainda que permanecessem diretrizes gerais e uma estratégia ativa de desenvolvimento tecnológico liderada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, os centros de P&D passaram a contar com maior autonomia gerencial e a obter recursos através da venda do conhecimento gerado para empresas diretamente produtivas (em processo alinhado à reforma mais geral ocorrida no setor industrial como um todo). Não obstante, planos estratégicos de interesse nacional, na maioria das vezes em setores de alta tecnologia, continuaram a ser articulados e financiados pelo Estado (Gabriele, 2002).

Entre os planos de desenvolvimento tecnológico mais importantes para o impulsionamento do *upgrading* da indústria chinesa, destaca-se o National High-Tech R&D Program (863 Program) proposto e aprovado em março de 1986. Tal plano estipulou diretrizes para a geração de inovações em setores de alta tecnologia da indústria manufatureira, e visou ampliar os investimentos em P&D. O programa foi integrado com os Planos Quinquenais de desenvolvimento econômico e social por ao menos 20 anos, e definiu setores prioritários para a modernização industrial. Durante o período de vigência do Décimo Plano Quinquenal (2001-2005), por exemplo, o Programa previa o desenvolvimento de tecnologias-chave para utilização nos setores de biotecnologia e agricultura. Estabelecia, também, a ênfase em P&D em Tecnologia da Informação e em desenvolvimento de materiais avançados para as indústrias domésticas de aviação e infraestrutura ferroviária. Cabe destacar que o estímulo às inovações visava tanto elevar a produtividade de empresas primordialmente voltadas para o mercado doméstico quanto proporcionar mais competitividade às empresas chinesas atuando em mercados internacionais (Ministry of Science and Technology of the People's Republic of China, 1986).

Ainda em 1980, um dos economistas mais influentes da China, Xue Muqiao, foi um dos defensores desse processo de reformas no sistema econômico estabelecido através da combinação entre regulação planificada e regulação mercantil:

Now, the vast majority of comrades realize that the current system for managing the economy absolutely must be changed and that it is essential to exploit the function of the market as a regulator under the control of the state plan. However, there still remain a few comrades who think

that regulation by planning and regulation through the market are mutually contradictory, that in those areas where regulation by planning is implemented there cannot be regulation through the market, while where there is market regulation, regulation by planning does not exist. Thus, they often ask how to demarcate the domains for regulation by planning and regulation through the market and whether utilizing market regulation won't undermine planned management of the national economy. I consider this sort of reckoning to be incorrect. There is nothing perverse about allowing regulation by planning and regulation through the market to operate side by side, complementing one another, for they are not water and fire – mutually exclusive elements which cannot occupy the same space (Xue, 1980, p. 144).

Na mesma linha, Chen Yun, um dos principais líderes políticos da República Popular da China e um dos arquitetos das reformas que se iniciaram sob Deng Xiaoping, era conhecido por sua “teoria do pássaro na gaiola”, segundo a qual a gestão do processo de acumulação de capital deveria ocorrer a partir de estruturas do Estado:

Chen Yun has declared that the relationship between plan and market is similar to the relationship between a bird and a cage. The plan is the cage and the market is the bird in the cage. According to Chen Yun, if the cage is too tight the bird cannot move and will suffocate. If there is no cage the bird will fly away. Essentially there are three possibilities along a continuum: I-free market (bird, no cage), II-plan (cage, no bird), and III-plan + market (bird in cage) (Brødsgaard, 1991, p. 182).

Ainda que Hirschman tenha baseado seu esquema analítico do desenvolvimento econômico primordialmente nas experiências dos países da América Latina (cujas características econômicas, sociais, políticas e culturais são bastante distintas das chinesas), é interessante notar que o pensador via essas combinações entre *plano* e *mercado* como uma chave explicativa da recuperação da economia brasileira no início dos anos 1980:

In his recent book, *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*, Antônio Barros de Castro offers a convincing explanation for the recent performance of Brazil's economy. He argues that the improvement in Brazil's balance of payments and its simultaneous rapid recovery from recession cannot be explained adequately by a routine market reaction to the "maxidevaluation" of 1983. Rather, it must be credited to a peculiarly fortunate (and fortuitous) conjunction of market and plan: the devaluation came on top of the maturing, in the late seventies and early eighties, of numerous industrial projects that had been undertaken as part of the so-called "Second National Development Plan" elaborated by the Geisel administration early in its term (1973-1979) (Hirschman, 1987, p. 20).

Representativa desse processo de combinação de *mercado e planejamento* na economia chinesa foi a reorganização das empresas comunitárias rurais, criadas no governo de Mao Tsé-Tung (1949-1976). Cabe ressaltar que as *Township and Village Enterprises* podem ser consideradas como as principais empresas no processo de modernização industrial da China no período compreendido de 1979 a meados dos anos 1990, contribuindo de forma significativa, inclusive, para o acelerado aumento das exportações de mercadorias produzidas no país. Tais empresas foram também importantes no estabelecimento de operações conjuntas com as SOEs, de modo que estas, gradualmente, passaram a ampliar a parcela de sua produção alocada pelos mercados. Como apontam Westad e Chen (2024, p. 274), "These relationships permitted state companies to cut costs by buying from or producing jointly with TVEs that often had considerably lower labor costs and more flexibility in procurements".

O aumento da autonomia decisória de governos locais e dos gerentes das TVEs possibilitou que se aproveitassem, de uma melhor maneira, as potencialidades específicas de cada província e município. O PCCh permaneceu com o importante papel de formulação de Planos Quinquenais (ou seja, de diretrizes de longo prazo para a economia chinesa). Contudo, estes passaram a estar mais articulados com as decisões de investimento e produção tomadas em âmbito local. Isso permitiu, também, maior experimentação no uso de instrumentos de médio e curto prazo que buscam

a operacionalização dos planos estratégicos elaborados pela cúpula do Partido. Assim, experiências consideradas exitosas passaram a ser gradualmente replicadas por todo o território chinês. As reformas das TVEs (e posteriormente das SOEs) se inseriram nesse movimento mais geral de modernização econômica com ampliação dos mercados, sem abandono do planejamento enquanto elemento central do sistema. Nas palavras de Deng:

There is no fundamental contradiction between socialism and a market economy. The problem is how to develop the productive forces more effectively. We used to have a planned economy, but our experience over the years has proved that having a totally planned economy hampers the development of the productive forces to a certain extent. If we combine a planned economy with a market economy, we shall be in a better position to liberate the productive forces and speed up economic growth (Deng, 1985, p. 1).

Os Planos Quinquenais abrangentes e genéricos, formulados pela cúpula do PCCh, podem ter colocado em movimento o fenômeno denominado por Hirschman (2014 [1967]) como *princípio da mão oculta*⁷. As lideranças políticas locais e suas burocracias, em um estágio das reformas em que já eram dotadas de significativa autonomia operacional, tiveram de desenvolver soluções inovadoras ao lidar com as dificuldades e os obstáculos encontrados na implementação dos projetos. Como resultado, liberaram-se forças criativas através das experiências com a execução de tarefas que buscavam atingir os objetivos do planejamento. Destaca-se, desse modo, a importância do *aprendizado* e de *fatores psicossociais* no processo de desenvolvimento.

Assim como Deng Xiaoping, seu sucessor no comando do PCCh, Jiang Zemin, permaneceu enfatizando a necessidade de modernização das forças produtivas em um processo dirigido pelo Partido:

⁷ Para o autor, o conceito diz respeito à subestimação, no momento inicial de formulação, de dificuldades, custos, energias, tempo e outros recursos a serem empregados na execução de um projeto de desenvolvimento. Especialmente em economias subdesenvolvidas, isso poderia compensar a falta de autorreconhecimento das potencialidades inventivas dos agentes. Estes seriam capazes, de maneira criativa, de encontrar soluções para os desafios relativos à transformação dos novos investimentos em empreendimentos lucrativos.

In order to always represent the requirements of the development of China's advanced productive forces, it is necessary to bring the Party's theory, line, program, principles, policies and all endeavors of work into line with the law governing the development of the productive forces, give expression to what is required in promoting the release and development of social productive forces, especially in the development of advanced productive forces so that the living standards of the people improve steadily through the development of the productive forces (Jiang, 2001, p. 5).

O processo de reformas econômicas empreendido, portanto, pode ser visto como um aprimoramento contínuo com vistas à modernização econômica, com base na avaliação de uma miríade de experiências locais de políticas de desenvolvimento, geralmente expandidas de maneira gradual, à medida que se obtém certo consenso político sobre o sucesso das empreitadas. Esse padrão fica bem elucidado quando observamos a estratégia de espraiamento das Zonas Econômicas Especiais:

We have implemented the policy of opening China to the outside world in many ways, including setting up special economic zones and opening 14 coastal cities. It was the leaders of Guangdong Province who first came up with the proposal that special zones be established, and I agreed. But I said they should be called special economic zones, not special political zones, because we didn't like anything of that sort. We decided to set up three more special zones in addition to Shenzhen: Zhuhai and Shantou, both also in Guangdong Province, and Xiamen in Fujian. I visited Shenzhen a couple of years ago and found the economy flourishing. The Shenzhen people asked me to write a message for them, and I wrote: "The development and experience of the Shenzhen Special Economic Zone prove that our policy of establishing such zones is correct (Deng, 1987, p. 3).

Essa visão *pragmática* do processo de desenvolvimento econômico, evidenciada no discurso de Deng, guarda semelhança com os escritos de Hirschman e suas formulações originais e *não dogmáticas*. Como bem

descreve Argáez, sobre a construção do pensamento hirschmaniano nos anos que precederam a elaboração de *The Strategy of Economic Development*:

Entonces, hizo su aparición el intelectual, en contraste con el tecnócrata, que tuvo en cuenta las dimensiones políticas de los fenómenos económicos. No aceptó las “posiciones tomadas de antemano”, criticó las prescripciones ortodoxas de política por considerarlas “políticamente ingenuas, socialmente peligrosas y económicamente contraproducentes a largo plazo, desde cualquier punto de vista”, y buscó su propia visión dentro de la economía del desarrollo, “distante de la ortodoxia y de la heterodoxia” (Argáez, 2008, p. 168).

Ainda sobre o processo de modernização estrutural, note-se que, na primeira década dos anos 2000, o Conselho de Estado chinês formulou diretrizes industriais específicas, privilegiando a expansão dos setores metalmeccânico, químico e de eletroeletrônicos. Tais setores foram escolhidos pelo entendimento de que proporcionariam amplos *encadeamentos produtivos* na economia, bem como pelo fato de serem setores de alta tecnologia. A estratégia escolhida obteve sucesso, visto que a China se consolidou rapidamente como o maior exportador de máquinas e equipamentos do mundo e um dos principais exportadores de produtos químicos em fins da referida década (Masiero; Coelho, 2014).

Sobre o setor da química, cabe notar que inicialmente foi estimulado para atender a demanda por bens intermediários das empresas domésticas, sobretudo aquelas dos setores eletroeletrônico e metalmeccânico. Pode-se dizer, portanto, que a expansão setorial se deu pelas *pressões* e pelos *desequilíbrios* gerados por indústrias produtoras de bens finais, o que acarretou a possibilidade de *encadeamentos para trás*. Esse padrão de industrialização seria, para Hirschman, o mais característico de economias de desenvolvimento industrial tardio:

We have argued that economic development typically follows a path of uneven growth; that balance is restored as a result of pressures, incentives, and compulsions: that the efficient path toward economic development – and therefore the one that will often be instinctively taken if we can rely on the “principle of least effort” – is apt to be somewhat

disorderly and that it will be strewn with bottlenecks and shortages of skills, facilities, services, and products; that industrial development will proceed largely through backward linkage, i.e., will work its way from the “last touches” to intermediate and basic industry (Hirschman, 1958, p. 158).

O setor de Tecnologia da Informação (TI) foi outro a ser priorizado pelo Estado na estratégia de modernização tecnológica industrial. Isso fica evidente se considerarmos o relatório do líder máximo do PCCh em 2002, Jiang Zemin, apresentado durante o Décimo Sexto Congresso do Partido:

We must give priority to the development of the information industry and apply IT in all areas of economic and social development. We must develop high and new technology industries to provide breakthroughs in stimulating economic growth. It is necessary to transform traditional industries with high and new technology and advanced adaptive technology and invigorate the equipment manufacturing industry... (Jiang, 2002, p. 11).

4. A estratégia de inserção externa

Parte importante da estratégia de modernização da economia chinesa, especialmente no que se refere à sua estrutura industrial, se deu em função da inserção externa advinda das reformas. Conforme já mencionado, a partir de 1979 os fluxos de IED passaram a ser permitidos (de maneira controlada pelo PCCh). No entanto, somente se tornaram mais expressivos ao longo dos anos 1990. Isso se deu tendo em vista o sucesso das políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico implementadas ao longo dos anos 1980 (que tornaram a economia chinesa mais atrativa para investidores estrangeiros), por um lado, e por um ambiente mais permissivo com o capital externo, por outro. O IED associado às empresas chinesas contribuiu para a assimilação gradual de níveis mais avançados de tecnologia e gerenciamento por essas empresas. Serviu, também, para a obtenção de um volume de divisas que garantiu a continuidade do acelerado ritmo de crescimento industrial, impedindo que ocorressem estrangulamentos em função de possíveis restrições relacionadas ao balanço de pagamentos (Lazzari, 2005).

Assim, as empresas com investimentos estrangeiros passaram a representar uma parte substancial das exportações e importações chinesas, especialmente no setor manufatureiro. Em meados da década de 1990, a montagem de produtos para exportação com peças e componentes importados, em grande parte realizada por *joint-ventures* e por empresas inteiramente de propriedade estrangeira, resultou em uma maior integração da China aos fluxos globais de produção e comércio (Lardy, 1995).

Interessante notar que a liberalização do IED na China se deu através de diferentes formas de tratamento (encorajado, permitido, restrito, proibido), de acordo com sua alocação setorial (Lazzari, 2005). O Estado privilegiou a entrada de recursos destinados à produção para exportação (dada a necessidade de obter divisas), além daqueles voltados aos setores de alta tecnologia. Projetos de investimento em infraestrutura também foram tomados como prioritários, bem como investimentos de empresas que compravam máquinas e equipamentos produzidos na China. Entre outras medidas, o PCCh concedeu subsídios fiscais às empresas atuantes nessas atividades. Desse modo, pode-se notar que a política industrial e tecnológica adotada pelo Partido, além de causar concentração regional, resultou na opção por uma estratégia de *crescimento desequilibrado* voltada para ramos industriais selecionados, como advogado por Hirschman (1958).

A inserção internacional da economia chinesa também pode ser compreendida como parte do esforço de continuar a modernização do setor manufatureiro através da *substituição de importações* impulsionada pela *expansão das exportações* do país. Logo, destaca-se, novamente, a convergência desse processo com a ideia de Hirschman sobre a falsa dicotomia entre essas duas estratégias de desenvolvimento.

Cabe mencionar que a reestruturação das empresas produtivas do setor público e a formação de grandes conglomerados estatais, nos anos 1990, decorreram do enorme crescimento do setor não estatal na década anterior. A abertura ao exterior havia resultado em enorme crescimento da parcela da produção industrial ocupada por empresas transnacionais. Da mesma forma, a dissolução das comunas nas regiões rurais, e as reformas urbanas, deram origem às TVEs e às empresas individuais (de pequeno porte). O fim da década, por sua vez, assistiu à legalização e formação de grandes empresas privadas domésticas. A formação de *campeãs nacionais*

de propriedade pública com maior autonomia sobre decisões de produção e investimento resultou, portanto, da necessidade do Estado de lidar com a crescente concorrência enfrentada pelas SOEs. Assim, o governo central conseguiu elevar, nos anos 1990, sua capacidade de controlar setores estratégicos da economia chinesa e direcionar o processo de acumulação. Estavam lançadas as bases que permitiriam a internacionalização das SOEs, dentro da estratégia *Going Global*, na década seguinte (Silva; Dathein, 2014).

5. Conclusão

A experiência chinesa de desenvolvimento econômico no período de expressivas reformas das décadas de 1980 e 1990, em que o Estado atuou como planejador estratégico e coordenador dos investimentos e do processo de modernização econômica, pode ser mais bem compreendida à luz do esquema analítico desenvolvido por Hirschman (1958). O sucesso das políticas empreendidas na China aponta para a possibilidade de planejadores de países subdesenvolvidos resgatarem ideias contidas nas formulações desse autor, adaptando-as às suas realidades específicas.

Desde 1979, a China vem adotando políticas macroeconômicas de estímulo ao desenvolvimento industrial e alocando investimentos em setores específicos com vistas a acelerar o desenvolvimento tecnológico das indústrias mais dinâmicas. Busca-se, como consequência dessa estratégia, alavancar o crescimento econômico nacional como um todo, através da promoção de *encadeamentos* e *pressões* no sistema produtivo.

Ressalta-se, especialmente, o papel central das empresas estatais nesse processo, uma vez que elas constituem o núcleo dinâmico da economia chinesa. A coordenação estratégica pelo Conselho de Estado (através da SASAC) dos investimentos dos grandes conglomerados produtivos centralmente controlados permite ao PCCh direcionar as transformações da estrutura produtiva, promovendo modernizações tecnológicas industriais que vêm permitindo uma inserção externa altamente competitiva das companhias chinesas nos mercados globais.

Ademais, o avanço das capacitações técnicas e gerenciais das SOEs ao longo dos anos 1980 e 1990, em conjunto com medidas de estímulo do Estado, entre as quais se sublinham o amplo fornecimento de crédito

em condições favoráveis pelo setor financeiro estatal, câmbio estável e desvalorizado, e subsídios para importação de insumos essenciais, impulsionaram a expansão dos grandes conglomerados estatais. Desta feita, o elevado nível de investimentos das SOEs contribuiu substancialmente para a manutenção da demanda agregada e para as altas taxas de crescimento econômico verificadas no período em tela.

Referências

ADELMAN, J.; ALACEVICH, M.; DE GRAZIA, V.; KATZNELSON, I.; URBINATI, N. Albert Hirschman and the Social Sciences: A Memorial Roundtable. *Humanity: An International Journal of Human Rights, Humanitarianism, and Development*, v. 6, n. 2, p. 265-286, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1353/hum.2015.0022>>. Acesso em: 20 fev. 2026.

ARGÁEZ, C. C. Albert Hirschman en Colombia y la planeación del desarrollo. *Revista Desarrollo y Sociedad*, v. 1, n. 62, p. 165-202, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.13043/dys.62.6>>. Acesso em: 20 fev. 2026.

ARRIGHI, G. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. 1. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2008.

BRØDSGAARD, K. E. China's Political Economy in the Nineties. *China Report*, v. 27, n. 3, p. 177-196, 1991. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/000944559102700302>>. Acesso em: 20 fev. 2026.

CHANG, D. W.-W. *China under Deng Xiaoping*. London: Palgrave Macmillan, 1988. *E-book*. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/978-1-349-12391-9>>. Acesso em: 20 fev. 2026.

CURRIE, L. *The Basis of a Development Program for Colombia* (Report of a Mission 23739, Volume 1). Washington, D. C.: International Bank for Reconstruction and Development, 1950.

DE PAULA, L. F.; JABBOUR, E. *A China e seu catching up: uma abor-*

dagem desenvolvimentista clássica+. 2016. Disponível em: <<http://www.luizfernandodepaula.com.br/ups/a-china-e-seu-catching-up.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2026.

DENG, X. *We Can Develop a Market Economy Under Socialism*. Marxists Internet Archive; Deng Xiaoping Works, 26 nov. 1979. Disponível em: <<https://www.marxists.org/reference/archive/deng-xiaoping/1979/152.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2026.

DENG, X. *Building a Socialism with a Specifically Chinese Character*. Marxists Internet Archive; Deng Xiaoping Works, 30 jun. 1984. Disponível em: <<https://www.marxists.org/reference/archive/deng-xiaoping/1984/36.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2026.

DENG, X. *There is No Fundamental Contradiction Between Socialism and a Market Economy*. Marxists Internet Archive; Deng Xiaoping Works, 23 out. 1985. Disponível em: <<https://www.marxists.org/reference/archive/deng-xiaoping/1985/20.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2026.

DENG, X. *We Shall Speed Up Reform*. Marxists Internet Archive; Deng Xiaoping Works, 12 jun. 1987. Disponível em: <<https://www.marxists.org/reference/archive/deng-xiaoping/1987/90.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2026.

DENG, X. *We Must Continue to Emancipate Our Minds and Accelerate the Reform*. Marxists Internet Archive; Deng Xiaoping Works, 25 maio 1988. Disponível em: <<https://www.marxists.org/reference/archive/deng-xiaoping/1988/39.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2026.

FAIRBANK, J. K.; GOLDMAN, M. *China: A New History*. 2nd enl. ed. Cambridge; Massachusetts; London: Belknap Press of Harvard University Press, 2006.

FAN, C. C. Uneven Development and Beyond: Regional Development Theory in Post-Mao China. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 21, n. 4, p. 620-639, 1997. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/1468-2427.00105>>. Acesso em: 20 fev. 2026.

GABRIELE, A. S&T Policies and Technical Progress in China's Industry. *Review of International Political Economy*, v. 9, n. 2, p. 333-373, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/09692290110126137>>. Acesso em: 20 fev. 2026.

GOODMAN, D. S. G. (Org.). *China's Regional Development*. London; New York: Routledge, 1989.

HAN, B.-C. *Shanzhai: desconstrução em chinês*. Trad. D. Guilhermino Petrópolis-RJ: Vozes, 2023.

HIRSCHMAN, A. O. *The Strategy of Economic Development*. New Haven: Yale University Press, 1958.

HIRSCHMAN, A. O. The Political Economy of Latin American Development: Seven Exercises in Retrospection. *Latin American Research Review*, v. 22, n. 3, p. 7-36, 1987. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/S0023879100036992>>. Acesso em: 20 fev. 2026.

HIRSCHMAN, A. O. *Development Projects Observed*. Washington, D. C.: Brookings Institution Press, 2014 [1967].

JABBOUR, E.; GABRIELE, A. *China: o socialismo do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2021.

JAGUARIBE, A. China: estratégias de modernização alternativa. *Desenvolvimento em Debate*, v. 2, n. 2, p. 39-49, 2011.

JIANG, Z. *Jiang Zemin's Speech at the Meeting Celebrating the 80th Anniversary of the Founding of the Communist Party of China*. China Internet Information Center, 1 jul. 2001. Disponível em: <www.china.org.cn/speech/a.htm>. Acesso em: 20 fev. 2026.

JIANG, Z. *Full Text of Jiang Zemin's Report at the 16th Party Congress*. Xinhua News Agency, 17 nov. 2002. Disponível em: <www.china.org.cn/english/2002/Nov/49107.htm>. Acesso em: 20 fev. 2026.

JULLIEN, F. *A propensão das coisas: por uma história da eficácia na China*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

KARL, R. E. *China's Revolutions in the Modern World: A Brief Interpretive History*. London; New York: Verso, 2020.

KOTZ, R. L.; OURIQUES, H. R. A Belt and Road Initiative: uma análise sobre a projeção global da China no Século XXI. *Estudos Internacionais*, v. 9, n. 2, p. 96-113, 2021.

LARDY, N. R. The Role of Foreign Trade and Investment in China's Economic Transformation. *The China Quarterly*, v. 144, p. 1065-1082, 1995.

LAZZARI, M. R. Investimento direto estrangeiro e inserção externa na China, nos anos 90. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 32, n. 4, p. 169-204, 2005.

LEUTERT, W. Challenges Ahead in China's Reform of State-Owned Enterprises. *Asia Policy*, v. 21, n. 1, p. 83-99, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1353/asp.2016.0013>>. Acesso em: 20 fev. 2026.

LEWIS, W. A. Economic Development with Unlimited Supplies of Labour. *The Manchester School*, v. 22, n. 2, p. 139-191, 1954.

LIN, S. China's Government Debt: How Serious? *China: An International Journal*, v. 1, n. 1, p. 73-98, 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1353/chn.2005.0016>>. Acesso em: 20 fev. 2026.

MASIERO, G.; COELHO, D. B. A política industrial chinesa como determinante de sua estratégia going global. *Revista de Economia Política*, v. 34, n. 1, p. 139-157, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-31572014000100009>>. Acesso em: 20 fev. 2026.

MINISTRY OF SCIENCE AND TECHNOLOGY OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. *National High-tech R&D Program (863 Program)*. 1986. Disponível em: <<https://newyork.china-consulate>.

gov.cn/eng/kjsw/std/201603/t20160305_5520599.htm>. Acesso em: 20 fev. 2026.

MONTEIRO NETO, A. Disparidades regionais na China: do planejamento central do PCC à globalização. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 36, n. 4, 2005.

MYRDAL, G. *Economic Theory and Under-Developed Regions*. London: Gerald Duckworth & Co. Ltd, 1957.

NAUGHTON, B. *The Chinese Economy: Transitions and Growth*. Cambridge: MIT Press, 2007.

NAUGHTON, B. *The Rise of China's Industrial Policy, 1978 to 2020*. Universidad Nacional Autónoma de México, Facultad de Economía, 2021.

NOVAIS, I.; MOREIRA LIMA, U. As reformas financeiras na China entre os anos 1970 e 1990: a formação do mercado e as consequências para o desenvolvimento econômico no país. *História Econômica & História de Empresas*, v. 26, n. 1, p. 141-171, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.29182/hehe.v26i1.881>>. Acesso em: 20 fev. 2026.

PADILHA, M. F. F. G.; LIMA, J. P. R. China: análise da inserção competitiva de um modelo socialista associado a mecanismos de mercado. *Análise Econômica*, v. 25, n. 47, p. 211-247, 2007.

PAULINO, L. A.; MOCELIN, L. F. Estado, sistema financeiro e desenvolvimento industrial da China entre 1978 e 2008. *Revista Intellector*, ano XV, v. 16, n. 32, p. 73-91, 2020.

ROBERTS, J. A. G. *A History of China*. London: Red Globe Press, 1999. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/978-1-349-27704-9>>. Acesso em: 20 fev. 2026.

ROSENSTEIN-RODAN, P. N. Problems of Industrialisation of Eastern and South-Eastern Europe. *The Economic Journal*, v. 53, n. 210-211, p. 202-

211, 1943. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/2226317>>. Acesso em: 20 fev. 2026.

SCITOVSKY, T. Two Concepts of External Economies. *Journal of Political Economy*, v. 62, n. 2, p. 143-151, 1954.

SHENG, S. *A história da China popular no século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

SILVA, S. T. da; DATHEIN, R. Formação, expansão e internacionalização de grandes grupos empresariais chineses como estratégias de Estado. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 37, p. 67-95, 2014.

STATE COUNCIL OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. *Decree of the State Council of the People's Republic of China No. 378*, 24 nov. 2003. Disponível em: <en.sasac.gov.cn/2003/11/24/c_118.htm>. Acesso em: 20 fev. 2026.

TZENG, F.-W. The Political Economy of China's Coastal Development Strategy: A Preliminary Analysis. *Asian Survey*, v. 31, n. 3, p. 270-284, 1991. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/2645245>>. Acesso em: 20 fev. 2026.

WEBER, I. M. *Como a China escapou da terapia de choque: o debate da reforma de mercado*. São Paulo: Boitempo, 2023.

WESTAD, O. A.; CHEN, J. *The Great Transformation: China's Road from Revolution to Reform*. New Haven; London: Yale University Press, 2024.

WRIGHT, D. C. *The History of China*. 3rd ed. Santa Barbara-CA: Greenwood, an imprint of ABC-CLIO, LLC, 2020.

XUE, M. Tentative Study on the Reform of the Economic System. *Chinese Economic Studies*, v. 14, n. 2-3, p. 139-168, 1980. Disponível em: <<https://doi.org/10.2753/CES1097-1475140203139>>. Acesso em: 20 fev. 2026.

YANG, D. L. China Adjusts to the World Economy: The Political Economy of China's Coastal Development Strategy. *Pacific Affairs*, v. 64, n. 1, 42, 1991. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/2760362>>. Acesso em: 20 fev. 2026.